



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

026091/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 9052210d-f76f-4b1d-91bf-30df20fac5c4

AUTUADO EM	Quinta-feira, 17 de Julho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA	

RESUMO

Recurso PE 90.050/2025 - PA 3.927/2025 - MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA - CNPJ nº 47.078.704/0001-40

DATA:17/07/2025



mustangpluron
Excelência em Especialidades Químicas**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO SOCIAL Nº 44****MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA****CNPJ: 47.078.704/0001-40 / NIRE: 35.2.0513483-1**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo-assinados:

RODRIGO DEVITTO FARIAS, brasileiro, nascido em 13/12/1972, natural de Catanduva/SP, casado no regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n.º 22.599.917-1/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 159.349.558-70, residente e domiciliado na Rua Bahia, n.º 235, Apto. 71, Centro, CEP: 15.800-110, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo; e,

JULIANA DEVITTO FARIAS, brasileira, nascida em 10/02/1978, natural de Catanduva/SP, divorciada, comerciante, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 27.743.354-X/SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 213.016.178-22, residente e domiciliada na Rua Altinópolis, n.º 54, Parque Residencial Agudo Romão, CEP: 15.802-020, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo;

Únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, que vem girando nesta praça de Catanduva, Estado de São Paulo, à Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, sob a denominação social de:

MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA

com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.2.0513483-1 em sessão de 04/03/1969, e última alteração contratual arquivada nessa mesma Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 007.086/24-6, em sessão de 28/02/2024, têm entre si, justos e combinados, alterar e consolidar o presente Contrato Social, mediante as cláusulas e condições a seguir:

I. Deliberam os sócios, de mútuo acordo:

- a) Abrir uma filial na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 670, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, cujo objeto social serão as atividades de: **“Comércio de produtos químicos em geral, saneantes domissanitários, água sanitária, detergentes, sabões, produtos de higiene pessoal, de limpeza e conservação domiciliar, cosméticos, produtos de perfumaria, artigos de uso pessoal e doméstico, acessórios em geral de equipamentos, partes e peças de máquinas, equipamentos para uso comercial, bombas, compressores, embalagens, material elétrico, materiais hidráulicos e outros artigos de uso pessoal e doméstico; transporte rodoviário de cargas, urbano, no**

JUSTIÇA
10 10 24



município, intermunicipal e interestadual no país, através de veículos próprios ou de terceiros; e serviço de mão-de-obra de limpeza e conservação”.

- b) Diante das alterações ocorridas, dá-se nova redação às Cláusulas Segunda e Terceira do Contrato Social, que passam a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem sua sede e matriz na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.

A sociedade mantém uma filial estabelecida na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 670, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único: Poderá a sociedade, a qualquer tempo e a critério de sua administração, abrir ou encerrar filiais, escritórios administrativos, sucursais, agências, depósitos, ou designar representantes em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes ou não, certa parcela de capital, para simples efeitos fiscais.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e matriz da sociedade, localizada na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, tem por objeto social as atividades de: **“Indústria, comércio, distribuição, embalagem, reembalagem, armazenamento, importação, exportação de produtos químicos em geral, água sanitária, detergentes, sabões, produtos de higiene pessoal, cosméticos, dosadores industriais e seus componentes, produtos de limpeza e acessórios em geral; assessoria e assistência técnica; montagem de dosadores; transporte rodoviário de cargas, urbano, no município, intermunicipal e interestadual no país, através de veículos próprios ou de terceiros; industrialização para terceiros; serviço de mão-de-obra de limpeza e conservação; concessão de franquias; fabricação de aditivos de uso industrial; comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, máquinas e equipamentos para uso comercial, bombas, compressores e embalagens; comércio varejista de material elétrico, materiais hidráulicos e outros artigos de uso pessoal e doméstico”.**

A filial da sociedade, localizada na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 670, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, tem por objeto social as atividades de: **“Comércio de produtos químicos em geral, saneantes domissanitários, água sanitária, detergentes, sabões, produtos de higiene pessoal, de limpeza e conservação domiciliar, cosméticos, produtos de perfumaria, artigos de uso pessoal e doméstico, acessórios em geral de equipamentos, partes e peças de máquinas, equipamentos para uso comercial, bombas, compressores, embalagens, material elétrico, materiais hidráulicos e outros artigos de uso pessoal e doméstico; transporte**



mustangpluron
Excelência em Especialidades Químicas



rodoviário de cargas, urbano, no município, intermunicipal e interestadual no país, através de veículos próprios ou de terceiros; e serviço de mão-de-obra de limpeza e conservação”.

- II. Em razão das alterações acima deliberadas, os sócios **CONSOLIDAM** o presente Contrato Social, que passa a vigor com a seguinte redação:

- CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL -

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente sociedade gira sob a denominação social de:

MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA

e é regida por este contrato social e pela lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade tem sua sede e matriz na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.

A sociedade mantém uma filial estabelecida na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 670, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único: Poderá a sociedade, a qualquer tempo e a critério de sua administração, abrir ou encerrar filiais, escritórios administrativos, sucursais, agências, depósitos, ou designar representantes em qualquer parte do território nacional, atribuindo-lhes ou não, certa parcela de capital, para simples efeitos fiscais.

CLÁUSULA TERCEIRA

A sede e matriz da sociedade, localizada na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, tem por objeto social as atividades de: **“Indústria, comércio, distribuição, embalagem, reembalagem, armazenamento, importação, exportação de produtos químicos em geral, água sanitária, detergentes, sabões, produtos de higiene pessoal, cosméticos, dosadores industriais e seus componentes, produtos de limpeza e acessórios em geral; assessoria e assistência técnica; montagem**



de dosadores; transporte rodoviário de cargas, urbano, no município, intermunicipal e interestadual no país, através de veículos próprios ou de terceiros; industrialização para terceiros; serviço de mão-de-obra de limpeza e conservação; concessão de franquias; fabricação de aditivos de uso industrial; comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, máquinas e equipamentos para uso comercial, bombas, compressores e embalagens; comércio varejista de material elétrico, materiais hidráulicos e outros artigos de uso pessoal e doméstico”.

A filial da sociedade, localizada na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 670, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, tem por objeto social as atividades de: “Comércio de produtos químicos em geral, saneantes domissanitários, água sanitária, detergentes, sabões, produtos de higiene pessoal, de limpeza e conservação domiciliar, cosméticos, produtos de perfumaria, artigos de uso pessoal e doméstico, acessórios em geral de equipamentos, partes e peças de máquinas, equipamentos para uso comercial, bombas, compressores, embalagens, material elétrico, materiais hidráulicos e outros artigos de uso pessoal e doméstico; transporte rodoviário de cargas, urbano, no município, intermunicipal e interestadual no país, através de veículos próprios ou de terceiros; e serviço de mão-de-obra de limpeza e conservação”.

CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), totalmente integralizado em dinheiro moeda corrente do país, dividido em 1.000.000 (Hum milhão) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas pelos sócios, como segue:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR
RODRIGO DEVITTO FARIAS	50,00	500.000	R\$ 500.000,00
JULIANA DEVITTO FARIAS	50,00	500.000	R\$ 500.000,00
TOTAL	100,00	1.000.000	R\$ 1.000.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios é solidária e limitada à importância total do capital social integralizado, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA QUINTA

O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão das quotas obedecerá ao procedimento

[Handwritten signatures in blue ink]



estabelecido na Cláusula Sétima.

CLÁUSULA SÉTIMA

As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, com prazo mínimo de quinze dias, para que possa exercer ou não, o direito de preferência. Decorrido este prazo e observada a igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, estranhos à sociedade.

CLÁUSULA OITAVA

A sociedade será administrada pelos sócios **RODRIGO DEVITTO FARIAS** e **JULIANA DEVITTO FARIAS**, em conjunto ou isoladamente.

Parágrafo Primeiro: Os administradores serão dispensados de caução e poderão ser destituídos da função, sem direito a qualquer indenização, por deliberação de no mínimo 2/3 dos titulares do capital social, conforme o comando legal de art. 1.061 da Lei 10.404/2002.

Parágrafo Segundo: Sua destituição se opera pela aprovação em reunião de titulares de no mínimo 2/3 do capital social, que deve ser averbada no registro competente no prazo máximo de 10 dias. A renúncia do administrador se torna eficaz em relação à sociedade no momento de sua comunicação escrita e em relação a terceiros após a averbação na Junta Comercial.

Parágrafo Terceiro: O uso da denominação social é privativo dos sócios e dos administradores nomeados, os quais respondem solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este estatuto ou determinações da Lei.

Parágrafo Quarto: Na mesma reunião de sócios que destituir o administrador, outro poderá ser eleito e empossado, sendo este ato formalizado via alteração contratual.

Parágrafo Quinto: Os administradores declaram não estarem impedidos por Lei, e que não praticaram crimes falimentares, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, Sistema Financeiro Nacional, as Normas de defesa de concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo Sexto: As alterações de contrato social poderão ser assinadas somente pelos sócios **RODRIGO DEVITTO FARIAS** e **JULIANA DEVITTO FARIAS**, sempre em conjunto. As alterações que tenham por objeto a alteração do quadro societário, bem como a alienação de bens patrimoniais, somente poderão ser assinadas pelos sócios, que estão vedados de outorgarem poderes a terceiros para representá-los junto a sociedade para estes fins ou quaisquer outros, exceto se a outorga ocorrer para seus respectivos cônjuges e com fins específicos, que também ficarão vedados de substabelecer para terceiros os poderes outorgados.



CLÁUSULA NONA

Os administradores têm o dever de diligência e lealdade, nos termos estabelecidos no art. 1.011, da Lei n.º 10.406, de 2002, bem como ficam obrigados a prestar contas e informações aos sócios, da sua administração, apresentando-lhes, balancetes mensais, inventário anual, relatório da administração, demonstrações financeiras e respectivo Balanço Social, quando do encerramento do exercício social, ou excepcionalmente quando solicitado por escrito e com antecedência mínima de dez dias.

CLÁUSULA DÉCIMA

A remuneração dos administradores será definida pelos sócios em reunião que decidirão sempre em conjunto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Aos administradores é atribuído pleno poder, interno e externo, necessários à realização do objetivo da sociedade, os quais os autorizam a representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromisso, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, irrestritamente, inclusive outorgar procuração em nome da sociedade, quando a prática de qualquer ato assim exigir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

É vedado aos administradores, bem como a qualquer procurador ainda que devidamente constituído, obrigar a sociedade em operações estranhas ao objetivo social, tais como, fianças, aval, endosso, aceite e de todo e qualquer título de favor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Todos os sócios terão direito à retirada mensal a título de *pró-labore*, que será definida e atualizada de acordo com decisão da maioria, em reunião geral dos sócios, e levadas a débito em conta de despesas gerais da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O exercício social será coincidente com o ano calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do inventário, balanço patrimonial, as demais demonstrações financeiras e será efetuada a apuração de resultado, e os lucros ou prejuízos poderão ser divididos ou suportados pelos sócios, podendo ainda ser destinado para aumento do capital social.

DIJES SP
10 10 24



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais, a qualquer tempo por vontade própria, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, pela falta de afeição social, com base no comando legal do artigo 1.029 da Lei 10.406/2002, além de outras de foro íntimo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A morte de qualquer sócio não dissolve a sociedade, sendo que os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão requerer à sociedade, suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitar ou não. Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, estes farão levantar um balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio o disposto nos artigos 1.027, 1.028 e 1.032 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Qualquer sócio poderá ser excluído da sociedade por falta grave ou por atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da empresa, exclusão esta, que será processada nos termos dos artigos 1.030 e 1.085 e seus parágrafos da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Único: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante elaboração de balanço levantado especificamente para esse fim, na data da resolução, observado o comando legal dos artigos 1.031 e 1.085, da Lei 10.406/2002. Sendo o pagamento efetuado 60 (sessenta) dias após a data em que ocorreu o desligamento, em sessenta parcelas fixas, abatidas eventuais dívidas para com a sociedade.

Parágrafo Único: O sócio retirante, após quitar todas as suas obrigações com a pessoa jurídica da qual foi integrante, sendo estas decorrentes de seu período de participação na sociedade, fica livre e desembaraçado de quaisquer responsabilidades posteriores a data de averbação de sua saída.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Os sócios reunir-se-ão sempre que for necessário, mediante convocação do sócio majoritário ou pelos

JUL 15 2025
10 10 24

mustangpluron
Excelência em Especialidades Químicas



sócios minoritários cujas quotas formem pelo menos um quinto do capital social, e suas resoluções ou decisões constarão no livro de "Atas e Reuniões da Diretoria". Para deliberação válida, será necessária a presença da maioria societária ou de no mínimo dois sócios, sendo que o "quórum" para decisão será pela maioria simples.

Parágrafo Único: Os sócios, por unanimidade, deliberaram por não constituir conselho fiscal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Serão regidas pelas disposições da Lei 10.406/2002, aplicáveis à matéria, tanto a retirada de sócio, quanto à dissolução e a liquidação da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

As sociedades limitadas reger-se-ão, nas omissões dos artigos 1.052 a 1.087 da Lei 10.406/2002, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997, inciso VIII, da mesma legislação, fica expresse que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/02).

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

O foro do presente contrato é o da cidade e comarca de Catanduva, Estado de São Paulo, e os casos omissos neste instrumento serão regidos pelas disposições das Leis vigentes no país.

E assim, perfeitamente justos e combinados, assinam o presente instrumento particular de alteração e consolidação de contrato social, **nos termos do Parágrafo Sexto da Cláusula Oitava**, em 03 (três) vias

JUCESP
10 10 24

mustangpluron
Excelência em Especialidades Químicas



de igual teor e forma, devendo a primeira via ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os fins legais.

Catanduva – SP, 12 de Setembro de 2024.

RODRIGO DEVITTO FARIAS

JULIANA DEVITTO FARIAS

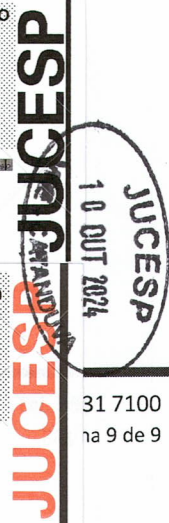
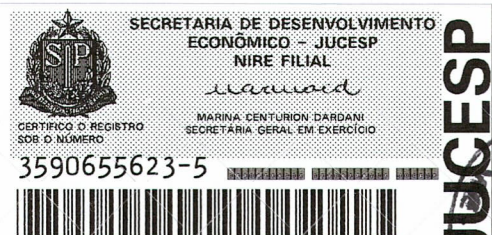
Testemunhas:

1)
Nome: Leonardo Centurion
RG: 46.377.436-X
CPF: 388.326.998-00

2)
Nome: Mathheus Grotiniana Costa
RG: 46.732.237-8
CPF: 456.727.028-52

Visto do advogado:

Guilherme Stuchi Centurion
OAB/SP 345.459
CPF 395.676.908-20



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
RODRIGO DEVITTO FARIAS

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
13/12/1972 CATANDUVA/SP

4a DATA EMISSÃO
16/01/2023

4b VALIDADE
12/01/2028

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
22599917 SSP/SP

4d CPF
159.349.558-70

5 Nº REGISTRO
02217744098

6 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
MARCOS DE CAMARGO FARIAS
SILVIA REGINA DEVITTO FARIAS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2543408937

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A1			12/01/2028	D1			
B				BE			
B1			12/01/2028	CE			
C				C1E			
C1				DE			
				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
CATANDUVA, SP

ASSINATURA DO EMISSOR
EDUARDO AGGIO DE SA
DIRETOR PRESIDENTE DO DETRAN-SP
43068184542
SP014915713

SÃO PAULO
SENATRAN CONTRAN

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITACAO

SP

NOME
JULIANA DEVITTO FARIAS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
27743354 SSP/SP

CPF
213.016.178-22

DATA NASCIMENTO
10/02/1978

FILIAÇÃO
MARCOS DE CAMARGO
FARIAS
SILVIA REGINA DEVITTO
FARIAS

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01657078532

VALIDADE
14/01/2032

1ª HABILITAÇÃO
01/03/1996

OBSERVAÇÕES
D;F

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CATANDUVA, SP

DATA EMISSÃO
24/01/2022

ASSINATURA DO EMISSOR
Ernesto Mascellani Neto Diretor Presidente do Detran-SP
68820482192
SP008986132

SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2352091390

PROIBIDO PLASTIFICAR
2352091390

PROCURAÇÃO “ET EXTRA”

Pelo presente instrumento particular a empresa **MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA**, sociedade empresária regularmente constituída, inscrita no CNPJ sob n. 47.078.704/0001-40, com sede na Avenida Conde Francisco Matarazzo, nº 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP: 15.803-145, na cidade de Catanduva, São Paulo, representada pelo sócio **RODRIGO DEVITTO FARIAS**, brasileiro, nascido em 13/12/1972, natural de Catanduva – SP, casado no regime de comunhão parcial de bens, Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.599.917-1-SSP-SP e CPF nº 159.349.558-70, residente e domiciliado na Rua Dracena nº 325, Bairro Parque Iracema – CEP: 15.809-115, Catanduva, São Paulo, doravante denominado **OUTORGANTE**, nomeia e constitui sua procuradora a Sra. **NATÁLIA TRAJANO SENA**, brasileira, gerente de licitação, portadora da Cédula de Identidade RG nº 42.578.972-X e CPF nº 337.169.828-90, residente e domiciliada a Rua Colombia, 100, BL 05, AP 403, Juca Pedro, CEP: 15.800-450, Catanduva, Estado de São Paulo, doravante denominada **OUTORGADA**, conferindo-lhes os poderes da cláusula “et extra”, para atuar na esfera administrativa, podendo usar dos recursos legais e acompanhando-os, prestar compromissos, transigir, receber e dar quitação e tudo o mais que necessário for para o fiel e cabal desempenho deste mandato, especialmente para representá-lo em pregões eletrônicos, presenciais, bem como demais modalidades de licitações compatíveis com as atividades comerciais do Outorgante, podendo concordar com todos os seus termos, assistir e participar da abertura de propostas, formular lances, assinar fazer pedidos de esclarecimentos, impugnações, reclamações, recursos, representações, realizar cadastros e requerer certidões nas repartições públicas, assinar contratos oriundos de licitações, protestos, prestar cauções e levantá-las, transigir, desistir, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes e praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato.

O presente mandato tem validade de 06 (seis) meses a contar da assinatura.

Catanduva, 25 de março de 2025.

2º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍT. DE CATANDUVA/SP

VANDERLEI CARLOS FACCHIN R. SERGIPE, 705- Fone: (17)3523-6241
Reconheço por semelhança COM valor econômico a(s) firma(s): **RODRIGO
DEVITTO FARIAS (23859)**, Dou fé.
Catanduva-SP, 25/03/2025

Em Testº da verdade
SILVIO SOARES DE LIMA FILHO
Código Seg: 5053485150485053495348564849. Valor: 13,40
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

2º TABELÃO
CATANDUVA

MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA
p.p **RODRIGO DEVITTO FARIAS**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1º NOME E SOBRENOME
NATALIA TRAJANO SENA

3º DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
24/06/1985 CATANDUVA/SP

4ª DATA EMISSÃO
24/03/2025

4b VALIDADE
03/04/2034

ACC **D**

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
33716982890 SP

4d CPF
337.169.828-90

5 Nº REGISTRO
04356288512

6 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOSE CARLOS PEREIRA DE SENA
ZILDA APARECIDA TRAJANO SENA

7 ASSINATURA DO PORTADOR
Natalia Trajano SENA

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A1		03/04/2034		D1			
B		03/04/2034		BE			
B1				CE			
C				C1E			
C1				DE			
				D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

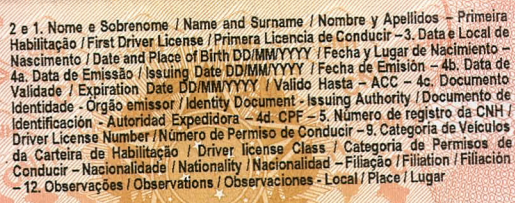
LOCAL
SAO PAULO, SP

ASSINATURA DO EMISSOR
EDUARDO AGGIO DE SA
PRESIDENTE DO DETRAN-SP

09107651558
SP029918916

SÃO PAULO
SENATRAN CONTRAN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
5002067950
PROIBIDO FALSIFICAR
5002067950



I<BRA043562885<128<<<<<<<<<<<<<<<<<<
8506243F3404034BRA<<<<<<<<<<<<<8
NATALIA<<TRAJANO<SENA<<<<<<<<<

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO/RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.050/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.927/2025

A empresa **MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 47.078.704/0001-40 por sua representante **NATÁLIA TRAJANO SENA**, portadora do RG nº 42.578.972-X, e do CPF nº 337.169.828-90 vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a classificação da empresa **SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME.**, inscrita no CNPJ sob o nº **18.202.203/0001-26**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste recurso conforme previsto no **item 22.2** do edital. O prazo para apresentação de razões recursais é de **3 (três) dias úteis**, contados da data da interposição da intenção recursal. Desta forma, a manifestação da intenção recursal ocorreu em **08 de julho de 2025**, iniciando a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte, conforme a Lei de Licitações, e tendo como prazo final **11 de julho de 2025**.

II – RESSALVA PRÉVIA

Em primeiro lugar, a recorrente manifesta seu respeito pelo trabalho do Pregoeiro e de toda equipe e funcionários deste órgão. Deixa claro que os apontamentos se referem unicamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações e ao procedimento licitatório em destaque. Sendo assim, cumpre dizer que esta manifestação não afeta, em nada, o respeito pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram.

III – DOS FATOS

De forma sucinta e objetiva, trata-se de recurso administrativo referente ao processo licitatório supracitado, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de INSUMOS DE LAVANDERIA, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, pelo período de 01 (um) ano.


Após análise comparativa dos documentos anexados pela empresa recorrida, observou-se que a mesma não apresentou a Licença Sanitária válida e o produto ofertado para o item 2 não atende o requerido pelo edital por não ser compatível com a dosagem exigida tampouco ter a eficácia para desinfecção.

A interposição do presente Recurso Administrativo visa, portanto, a salvaguardar a integridade do processo licitatório e a proteger o interesse público, garantindo que a contratação se dê em estrita conformidade com a legislação vigente e as exigências editalícias.

IV – DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

IV.I – DA IRREGULARIDADE NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O Edital, em sua página 30, é taxativo em exigir que, para qualificação técnica, a empresa licitante apresente Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, conforme segue:



NOVA FRIBURGO
PREFEITURA

respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

19.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19.3 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal no 8.077/2013, quando aplicável.

* Página 30 do Edital.

Preliminarmente, é fundamental estabelecer a distinção entre a **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** e a **Licença Sanitária**, pois, embora ambas sejam emitidas por órgãos de vigilância sanitária, elas possuem naturezas e âmbitos de aplicação distintos e complementares, sendo ambas **indispensáveis** para a regularidade de empresas que atuam no setor de saneantes.

A Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), conforme definido pela Resolução RDC nº 16/2014 da ANVISA, em seu Art. 2º, inciso II:

II - Autorização de Funcionamento (AFE): ato de competência da

*Agência Nacional de Vigilância Sanitária, contendo autorização para o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, concedido **mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes desta Resolução;***

A AFE é uma autorização de âmbito federal, emitida pela ANVISA, que confere à empresa a permissão para operar em território nacional, sendo, em regra, de validade vitalícia, o que a torna menos rigorosa em termos de periodicidade de fiscalização. Ela atesta a capacidade geral da empresa de atuar no segmento regulado.

Por outro lado, a Licença Sanitária é o documento que atesta a conformidade de um estabelecimento com as normas sanitárias locais, sendo emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. A RDC nº 16/2014 da ANVISA, em seu Art. 2º, inciso XIII, a define como:

XIII - licença sanitária: documento emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer;

A Licença Sanitária possui, na maioria dos casos, periodicidade anual, o que implica uma fiscalização mais frequente e rigorosa das condições higiênico-sanitárias e operacionais do estabelecimento. Ela garante que o local específico onde a empresa opera atende às exigências sanitárias para as atividades que ali são desenvolvidas.

A legislação brasileira é clara ao exigir a dupla autorização para a comercialização de produtos saneantes. A Lei nº 6.360/1976, em seu Art. 2º, estabelece que:

Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

Esta exigência é complementada e regulamentada pelo **Decreto nº 8.077/2013**, que, em seu **Art. 2º**, reitera:

*Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, **dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios (...)**.*

E, de forma ainda mais específica, o **Parágrafo único** do mesmo artigo determina que:

Parágrafo único.** As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados **constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no caput.

Portanto, a AFE e a Licença Sanitária **não são** documentos que se substituem, mas sim requisitos cumulativos e complementares. A AFE confere a autorização para a existência e atuação da empresa no ramo, enquanto a Licença Sanitária valida a adequação do estabelecimento físico para a realização das atividades específicas de comercialização e armazenamento, sob a fiscalização local contínua. **A ausência de um não é suprida pela presença do outro.**

Adicionalmente, o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 2024** ([link](#)), publicado pela **Advocacia-Geral da União (AGU)**, em seu **Tópico 8**, que tem por objetivo fornecer orientações e segurança jurídica aos gestores públicos na implementação das contratações públicas sustentáveis, **confirma essa interpretação ao expressamente recomendar a exigência de ambos os documentos como critério de habilitação, a saber:**

8.AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES, MATERIAIS DA ÁREA DA SAÚDE, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E COSMÉTICOS

ODS 3 e 12

Na compra de medicamentos, insumos hospitalares, materiais e equipamentos da área de saúde (medicina, enfermagem, odontologia e fisioterapia)

OBS: abrange saneantes, cosméticos, produtos de higiene, como, por exemplo, o álcool em gel.

OBS2: Verificar no site do INMETRO se o produto adquirido exige certificação compulsória. Não constando da lista, será voluntária

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>

<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>

A certificação compulsória deve ser exigida. No caso de certificação voluntária, o órgão deverá permitir que se comprove que os requisitos são cumpridos por outros meios.

a.2) Comprovação de que o equipamento sob Regime de Vigilância Sanitária contém o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO afixado nele.

3) Inserir no item de Habilitação Jurídica:

No caso de exercício de atividade de xxxx:

Prova de atendimento aos seguintes requisitos:

a.1) a Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

a.2) A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (verificar e indicar a legislação estadual ou municipal incidente).

Inserir no item de Qualificação Técnica:

a) A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento

**PROVIDÊNCIA A SER
TOMADA**

* Páginas 90 e 94.


Esta diretriz da AGU não é uma mera formalidade burocrática, **E NEM REDUNDANTE**, mas uma medida essencial e basilar para assegurar a regularidade sanitária, a rastreabilidade dos insumos e a conformidade com a legislação nacional de saúde pública, **protegendo o interesse público**.

IV.II.I – DA INAPLICABILIDADE DO §2º DO ART. 22 DO DECRETO N.º 74.170/1974 E DA FRAGILIDADE DO PROTOCOLO DE RENOVAÇÃO

No caso em tela, a empresa em questão, **não possuindo a Licença Sanitária exigida**, apresentou apenas uma declaração da Prefeitura de Sorocaba, datada de 12

de maio de 2025, informando que o processo de licenciamento sanitário se encontra em trâmite administrativo, ato esse que não deve prevalecer.

Segue declaração:

**Prefeitura de
SOROCABA**

Secretaria da Saúde

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que tramita nesta Divisão de Vigilância Sanitária o Processo nº **3552205.404.00007864/2024-86** refere à Renovação de Licença de Funcionamento, com atividade Comércio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Conservação Domiciliar – conforme CNAE 4649-4/08, referente ao estabelecimento **SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA** CNPJ: 18.202.203/0001-26 localizado na Rua Delcio Ferreira de Azevedo Quadra B lote 56, nº 531– Jardim Piazza Di Roma.

Tendo em vista o artigo 22, § 2º do Decreto Federal nº **74.170/1974**, o protocolo segue válido até a decisão da Vigilância Sanitária após a inspeção sanitária.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Sorocaba, 13 de maio de 2025.

Nesta declaração, a empresa invoca o amparo do **art. 22, § 2º, do Decreto Federal nº 74.170/1974**, que estabelece a prorrogação automática da licença caso o pedido de revalidação não seja decidido antes do término de sua vigência, desde que a solicitação seja feita com **ATÉ 120 DIAS DE ANTECEDÊNCIA**. O artigo 22 do Decreto dispõe:

*Art. 22. A revalidação da licença **deverá ser requerida** até cento e vinte (120) dias **antes** do término de sua vigência.*

§ 2º - Se a autoridade sanitária não decidir o pedido de revalidação antes do término do prazo da licença, considerar-se-á automaticamente prorrogada aquela até a data da decisão."

Contudo, a empresa não apresentou a licença sanitária anterior, impossibilitando a verificação da data do pedido de renovação e, consequentemente, a aplicação do benefício do referido Decreto, o que já invalidaria a presente declaração.

Porém, para reforçar a tese, o **Governo do Estado de São Paulo (estado onde a empresa se encontra sediada)**, por meio de sua Vigilância Sanitária, mantém o **Sistema SIVISA (Sistema de Informação em Vigilância Sanitária)**, uma plataforma que gerencia e registra as ações de vigilância, incluindo o cadastro de estabelecimentos e a situação de suas licenças. Este sistema, regulamentado pela Portaria CVS nº 4, de 31 de janeiro de 2024, define o Sevisa como:

X - Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sevisa): sistema organizado e estruturado nas duas esferas de governo – estadual e municipal – coordenado pelo Centro de Vigilância Sanitária da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CVS), com responsabilidades compartilhadas

Contrariando a alegação de prorrogação automática que a Declaração sugere, a consulta ao sistema SIVISA demonstra que a empresa sequer possui autorização sanitária vigente, inviabilizando seu enquadramento nas exigências regulatórias.

As consultas ao sistema revelam que a **licença de 2023 venceu em 03/08/2024, e o protocolo de renovação da recorrida foi efetuado apenas em 26/08/2024**. Este último pedido está **claramente fora do prazo de 120 dias** que antecede o vencimento, conforme estipulado pelo Art. 22 do Decreto Federal nº 74.170/1974, o que descaracteriza a possibilidade de prorrogação automática, senão vejamos:

Detalhe Acompanhamento de Licenças			
Resultado da Pesquisa			
Atividade Econômica: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR			
CNPJ: 18.202.203/0001-26	Licença Sanitária: 355220501-464-000134-1-2	Razão Social: SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	
Data de Vencimento	Situação	Observação	
03/08/2024	Não consta Licença Sanitária na Vigilância		

* Consulta site SIVISA: [Link](#)

Além disso, a declaração da Prefeitura de Sorocaba, emitida em 12 de maio de 2025, **mais de nove meses após o vencimento da licença anterior e do pedido de renovação, evidencia uma demora excessiva e injustificável na obtenção do novo licenciamento.** Isso é particularmente relevante considerando que as licenças sanitárias possuem, via de regra, validade anual, o que sugere um desinteresse da empresa recorrida em manter sua regularidade sanitária.

Portanto, a ausência da licença anterior válida, confirmada pelas datas do SIVISA, **remove qualquer credibilidade da declaração apresentada, impedindo que a empresa se beneficie do Decreto Federal nº 74.170/1974.** Tal falha configura grave afronta à legislação sanitária vigente e deve, sem dúvida alguma, levar à desclassificação da proposta.

Ademais, o histórico de desclassificações da empresa em outras licitações, pela mesma razão de ausência de Licença Sanitária, reforça a inadmissibilidade de sua habilitação para o fornecimento de produtos essenciais a ambientes críticos como um hospital.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 64, **é clara ao vedar a substituição ou a apresentação de novos documentos após a entrega para habilitação, salvo exceções que não se aplicam ao presente caso,** refutando qualquer tentativa de saneamento posterior à abertura do certame:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

*II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado **após a data de recebimento das propostas.***

Nesse contexto, impõe-se a seguinte reflexão: **qual o sentido de exigir que as demais empresas cumpram rigorosamente todas as exigências legais e invistam em sua regularização, se uma empresa que não possui o mínimo dos requisitos pudesse**

sair vencedora do certame? Que exemplo o Estado, enquanto guardião da legalidade e do interesse público, estaria transmitindo ao mercado e à sociedade, ao permitir tal desvio dos princípios que regem a Administração Pública?

A habilitação de uma empresa em tal condição não apenas viola o Princípio da Isonomia, que exige tratamento igualitário a todos os licitantes, mas também compromete a competitividade do certame, desestimulando a participação de empresas idôneas. Adicionalmente, a Moralidade e a Probidade Administrativa, pilares da gestão pública, seriam desrespeitadas, pois a Administração tem o dever de agir com ética e boa-fé, garantindo a lisura e a integridade de seus processos. Por fim, a própria Segurança Jurídica do processo licitatório seria abalada, pois a previsibilidade e a estabilidade das regras seriam negligenciadas, minando a confiança dos participantes.

Em suma, a omissão da Licença Sanitária não pode ser qualificada como um vício sanável ou de menor relevância. Pelo contrário, **configura grave descumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis em todas as esferas (municipal, estadual e federal) que regulam a atuação de empresas no setor de produtos saneantes**. A ausência desse documento e a comprovada inadequação da empresa perante a Vigilância Sanitária inviabilizam sua permanência no certame, uma vez que a empresa não demonstra capacidade para exercer as atividades de comercialização dos produtos licitados em conformidade com as normas de saúde pública.

A aceitação de uma empresa em situação irregular, ciente da ausência de sua regularização sanitária, colocaria a Administração Pública a riscos iminentes, **violando o princípio da Supremacia do Interesse Público, que impõe a contratação apenas de fornecedores que assegurem plenamente a não exposição da saúde e segurança de usuários e colaboradores a qualquer risco.**

IV.III – DO ITEM 2 – DOSAGEM NÃO COMPATÍVEL COM EXIGÊNCIA DO EDITAL

Para o item 2 do Edital, é exigido um Alvejante Ácido Peracético, destinado às etapas de **alveamento e desinfecção**, em embalagem de galão transparente de 20 litros, com uma **dosagem média exigida de 10ml por quilo de roupa**, a saber:

02	308395	Alvejante Ácido Peracético – Etapas: Alvejamento e Desinfecção, Embalagem: Galão transparente de 20 Litros; Dosagem média: 10ml/kg	Galão	240
----	--------	--	-------	-----

Contudo, após análise do produto ofertado pela empresa recorrida para o item 2, denominado **SHOWLAV ALVEJANTE**, verificou-se uma inconformidade em relação à dosagem. O edital estabelece um rendimento de 10ml por quilo de roupa, enquanto o rótulo do produto apresentado indica uma dosagem de 50ml por litro de água, evidenciando uma divergência direta com a exigência editalícia, senão vejamos em destaque:

USO ASSISTÊNCIA À SAÚDE

SUARES QUÍMICA

ShowLAV

ALVEJANTE CONCENTRADO PARA ROUPAS HOSPITALARES

ANTES DE USAR LEIA AS INSTRUÇÕES DO RÓTULO

FINALIDADE: Alvejante concentrado líquido indicado para a alvejamento e desinfecção de roupas hospitalares. Para ser usado através do sistema de dosagem automática na lavagem de roupas brancas e coloridas que apresentam manchas de gluconato clorexidina, que é usado frequentemente em hospitais na limpeza e assepsia da pele.

INSTRUÇÕES DE USO: ALVEJAMENTO e DESINFECÇÃO: Deve ser utilizado no sistema de dosagem, no alvejamento de roupas com ação desinfetante. Diluir 50mL para 1L de água (ou equivalente 1:20), com tempo de duração mínima de 15 minutos, a frio ou até 60°C.

COMPOSIÇÃO: Peróxido de Hidrogênio, Ácido Peracético, Sequestrante e Veículo.

PRINCÍPIOATIVO: Peróxido de Hidrogênio 30% p/p.

ADVERTÊNCIAS: CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS. **PERIGO:** Provoca queimadura severa à pele e dano aos olhos. Provoca lesões oculares graves. Não inale vapores e aerossóis. Use luvas de proteção, roupa de proteção, botas, proteção ocular e proteção facial. Lave as mãos cuidadosamente após manuseio. **EM CASO DE INGESTÃO:** Lave a boca. NÃO provoque vômito. **EM CASO DE CONTATO COM A PELE (ou o cabelo):** Retire imediatamente toda a roupa contaminada. Lave a pele com água e tome um banho. Lave a roupa contaminada antes de usá-la novamente. **EM CASO DE CONTATO COM OS OLHOS:** Lave cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando. **EM CASO DE INALAÇÃO:** Remova a pessoa para local ventilado e em uma posição que não dificulte a respiração. Contate imediatamente o CENTRO DE ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA (CEATOX) 0800 722 6001. Tratamento específico. Contém Peróxido de Hidrogênio. Não misture com água na embalagem original. Não aplique em superfície aquecida. Nunca reutilize a embalagem vazia. **RECOMENDAÇÕES DE ABERTURA DA EMBALAGEM:** Retire o lacre e gire a tampa para a esquerda até a abertura da embalagem. **RECOMENDAÇÕES DE ARMAZENAMENTO:** Mantenha o produto em sua embalagem original. Não misture com água na embalagem original. Não aplique em superfície aquecida. **CONSERVAÇÃO:** Manter em local coberto, seco e fresco, ao abrigo do calor e da luz solar intensos. Manter o produto em sua embalagem original fechada.

FABRICADO POR: Neli Oliveira da Silva Química ME - Rua Dêlcio Ferreira de Azevedo, 537 - Jd. Piazza di Roma - Sorocaba - SP - CEP: 13051-795 FONE: (15) 3202-9213 - site: www.suaresquimica.ind.br - CNPJ: 10.314.520/0001-22. Quím. Resp.: Haroldo Soares da Silva CRQ-IV 04266178.

INDÚSTRIA BRASILEIRA

VALIDADE: 12 meses a partir da data de fabricação.

ÁGUA: PODE FALTAR. NÃO DESPERDICE.

PERIGO! CAUSA QUEIMADURAS GRAVES. CONTEM PRODUTO FORTEMENTE ÁCIDO: PEROXÍDEO DE HIDRÓGENIO.

PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL

PROIBIDA A VENDA DIRETA AO PÚBLICO

Registro MS Nº 3.4794.0017
AUT. FUNC. ANVISA/MS Nº 3.04.794-4

20 Litros

Consulta site ANVISA: [Link](#)

Para ilustrar o impacto dessa diferença, considerando que a média de consumo de água para a lavagem de 1 quilo de roupa suja é de 3 litros, seria necessário um volume de **150ml do produto SHOWLAV ALVEJANTE** para cumprir a limpeza desse mesmo quilo de roupa.

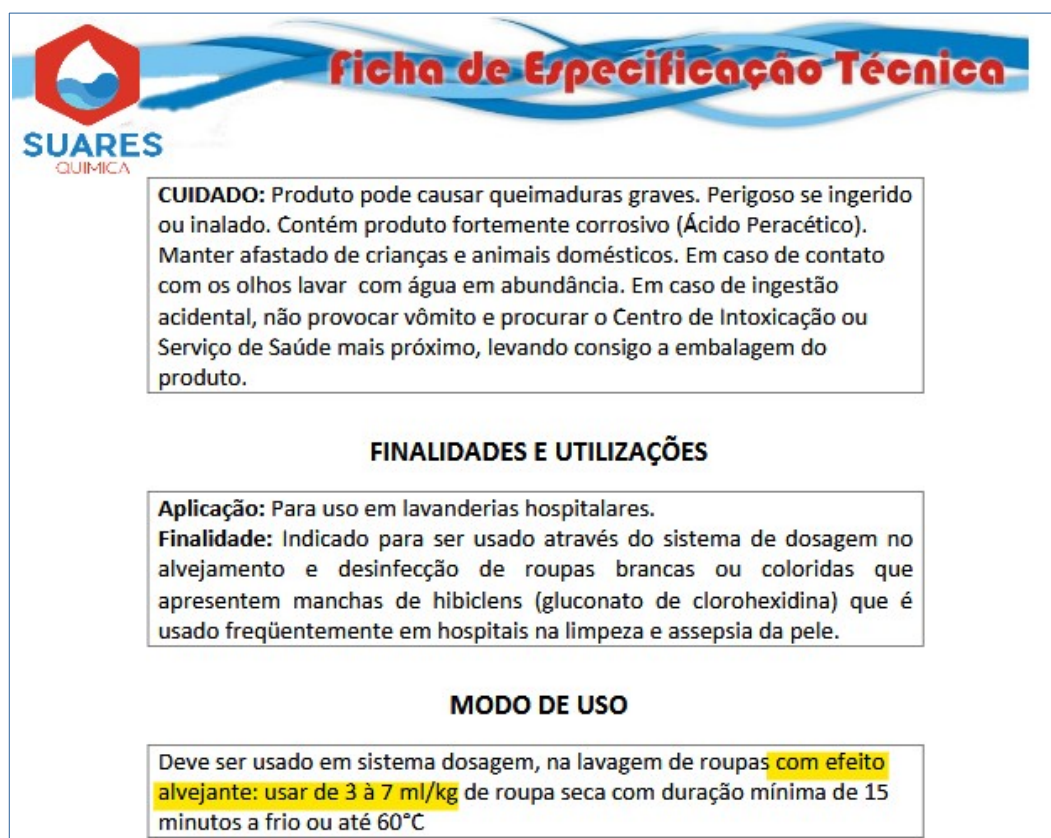
Essa diferença de 140ml por quilo de roupa, em comparação com os 10ml/kg exigidos, representa um custo excessivamente elevado e uma ineficiência que fere diretamente o princípio da economicidade, fundamental em qualquer processo de contratação pública.

Além da questão da dosagem, a análise dos laudos técnicos apresentados pela empresa recorrida revelou divergências relevantes. **Não há nos documentos qualquer indicação de diluição recomendada para garantir a eficácia do produto no combate a microrganismos.** Essa ausência impede a verificação da capacidade do produto de cumprir sua finalidade de desinfecção.

A saber, nos termos da RDC N.º 774/2023, em seu art. 2º, inciso IV, define a função do desinfetante:

IV - desinfetante: produto que mata todos os microrganismos patogênicos, mas não necessariamente todas as formas microbianas esporuladas, em objetos e superfícies inanimadas;

Reforçando a tese, a ficha técnica do produto estipula dosagem apenas para alvejamento, e não há qualquer menção para desinfecção:



SUARES QUÍMICA

Ficha de Especificação Técnica

CUIDADO: Produto pode causar queimaduras graves. Perigoso se ingerido ou inalado. Contém produto fortemente corrosivo (Ácido Peracético). Manter afastado de crianças e animais domésticos. Em caso de contato com os olhos lavar com água em abundância. Em caso de ingestão acidental, não provocar vômito e procurar o Centro de Intoxicação ou Serviço de Saúde mais próximo, levando consigo a embalagem do produto.

FINALIDADES E UTILIZAÇÕES

Aplicação: Para uso em lavanderias hospitalares.
Finalidade: Indicado para ser usado através do sistema de dosagem no alvejamento e desinfecção de roupas brancas ou coloridas que apresentem manchas de hibi-clens (gluconato de clorohexidina) que é usado frequentemente em hospitais na limpeza e assepsia da pele.

MODO DE USO

Deve ser usado em sistema dosagem, na lavagem de roupas com efeito alvejante: usar de 3 à 7 ml/kg de roupa seca com duração mínima de 15 minutos a frio ou até 60°C

Diante disso, em suma, a proposta apresentada para o item 2 não se alinha com as especificações técnicas (o edital exige alvejamento e desinfecção e o produto é apenas alvejante) e de rendimento do edital, comprometendo a economicidade e a

segurança do fornecimento. **A discrepância na dosagem, que resultaria em um consumo exponencialmente maior, aliada à falta de comprovação de eficácia de desinfecção nos laudos, demonstra que o produto ofertado não atende às expectativas e exigências do Poder Público.**

Diante de todo o exposto, as significativas divergências entre o produto SHOWLAV ALVEJANTE e as especificações do edital, tanto em termos de dosagem quanto de comprovação de eficácia, somadas à inobservância do princípio da economicidade, **impõem a desclassificação da empresa recorrida para o item 2 do certame.**

V – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

V.I – DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O **princípio da legalidade**, expressamente previsto no **artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988**, impõe à Administração Pública o dever de atuar estritamente conforme a legislação vigente, sendo vedado ao agente público agir com base na conveniência pessoal ou fora dos limites legais, conforme exposto abaixo:

*Art. 37, CF/88 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*

Trata-se de um dos pilares do regime jurídico-administrativo, assegurando que todo e qualquer ato do Poder Público tenha fundamento normativo prévio e compatível com a ordem jurídica.

Nesse contexto, a Administração somente poderá validar atos administrativos que estejam **em conformidade com normas legais previamente estabelecidas**. Não se trata de mera formalidade, mas de uma garantia de que os atos praticados preservam a legalidade, a moralidade e o interesse público. Como bem assevera **Celso Antônio Bandeira de Mello**:

“O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina.”

(Elementos de Direito Administrativo – pp. 59/61 – 2ª ed., Rev. Tribs.)

Nas licitações públicas, o princípio da legalidade assume papel ainda mais relevante, pois garante **igualdade de condições aos licitantes**, transparência dos atos e observância estrita das regras constantes no edital e nas normas legais pertinentes, como a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Assim, qualquer proposta que não atenda aos critérios legais e editalícios deve ser desclassificada, sob pena de violação à legalidade e ao interesse público.

No caso específico da empresa recorrida, a não apresentação de Licença Sanitária válida, significa que ela não atende a uma exigência legal expressa para a comercialização dos produtos licitados. Habilitar uma empresa nessa condição seria um ato da Administração Pública que contraria diretamente a lei e o próprio edital, ferindo o princípio da legalidade e desrespeitando as normas sanitárias que visam proteger a saúde pública.

V.II – DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE

O Princípio da Economicidade, embora não explicitamente enumerado no rol do art. 37 da Constituição Federal, é uma diretriz fundamental que perpassa toda a atuação da Administração Pública, especialmente no contexto das licitações e contratos. **Ele impõe ao gestor público o dever de buscar a obtenção do melhor resultado com o menor custo possível, utilizando os recursos públicos de forma eficiente e racional.** Não se trata apenas de adquirir o produto mais barato, mas sim de garantir a melhor relação custo-benefício, considerando a qualidade, a funcionalidade e o rendimento do que será contratado.

Este princípio está intrinsecamente ligado à gestão responsável do erário e à busca pela máxima eficácia dos serviços públicos. **A decisão administrativa, nesse sentido, deve sempre visar à otimização dos recursos, evitando desperdícios e despesas desnecessárias.** A economicidade, portanto, transcende a mera contenção de gastos, abrangendo a análise da real necessidade, da adequação do objeto e da sua capacidade de gerar os benefícios esperados de forma eficiente.

A importância da economicidade nas contratações públicas é bem delineada por juristas renomados. Conforme a lição de (JUSTEN FILHO, 2014, p. 72) Marçal:

“A economicidade é o resultado da comparação entre encargos assumidos pelo Estado e direitos a ele atribuídos, em virtude da contratação administrativa. Quanto mais desproporcional em favor do Estado o resultado dessa relação, tanto melhor atendido estará o princípio da economicidade. A economicidade exige que o Estado desembolse o mínimo e obtenha o máximo e melhor.”

A aplicação desse princípio garante que o interesse público seja efetivamente atendido, ao mesmo tempo em que se preserva o patrimônio público. A seleção de propostas que, embora possam apresentar um valor nominal baixo, resultam em custos operacionais elevados, menor rendimento ou necessidade de maior consumo do produto para atingir o resultado desejado, violam frontalmente a economicidade.

No caso concreto, o alvejante ofertado pela empresa recorrida, que exige 150ml de produto por quilo de roupa em vez dos 10ml/kg especificados no edital, representa um desvio gritante do princípio da economicidade. Embora o custo unitário possa parecer competitivo, **o consumo 15 vezes maior do produto implicaria em despesas exorbitantes e desnecessárias, demonstrando que a proposta não atende ao requisito de máxima eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos.**

V.III – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A vinculação ao instrumento convocatório constitui importante garantia de legalidade, isonomia e impessoalidade nas contratações públicas, assegurando à sociedade que não haverá favorecimentos ou direcionamentos indevidos por parte da Administração. Tal princípio encontra-se consagrado no art. 5 da Lei nº 14.133/21:

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital** (...)”.*

A obrigatoriedade de observância das regras editalícias aplica-se tanto à Administração quanto aos licitantes. Como bem leciona Licínia Rossi:

“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada.”

(CORREIA DIAS, Lícínia Rossi. *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2015)

O princípio da vinculação ao edital está diretamente relacionado à observância de outros princípios constitucionais aplicáveis às licitações, como os da transparência, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e segurança jurídica.

O edital deste pregão exigiu expressamente a Licença Sanitária como condição de habilitação técnica. Se a Administração permitir que uma empresa prossiga no certame sem apresentar esse documento, descumprirá as próprias regras que estabeleceu. Isso quebra a confiança dos demais licitantes que cumpriram todas as exigências e viola o princípio da vinculação ao edital, comprometendo a integridade e a igualdade de condições na competição.

V.IV – DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

O princípio da segurança jurídica constitui um dos pilares do Estado de Direito, assegurando previsibilidade, estabilidade e confiabilidade nas relações entre a Administração Pública e os administrados. No âmbito das contratações públicas, esse princípio atua como **garantia de que os procedimentos licitatórios serão conduzidos conforme as normas legais e os critérios previamente estabelecidos no Edital**, protegendo os licitantes contra mudanças arbitrárias de entendimento e decisões contraditórias por parte do Poder Público.

A segurança jurídica está expressamente prevista no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que impõe à Administração o dever de observar esse princípio em **todas as fases do processo licitatório**. Essa diretriz reforça a necessidade de respeito às normas legais e regulamentares aplicáveis ao objeto da licitação, bem como ao conteúdo vinculante do edital. O descumprimento dessas disposições compromete a estabilidade do certame, fragiliza a confiança dos participantes e abre margem para disputas judiciais que poderiam ser evitadas por meio da estrita observância das regras previamente

estabelecidas. Esse entendimento é adotado por Seabra Fagundes (1984:39-40), Miguel Reale (1980:59-64), Regis Fernandes de Oliveira (1978:124), senão vejamos:

*“Para nós, a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da legalidade. No entanto, poderá deixar de fazê-lo, em circunstâncias determinadas, quando o prejuízo resultante da anulação puder ser maior do que o decorrente da manutenção do ato ilegal; nesse caso, é o interesse público que norteará a decisão. Também têm aplicação os **princípios da segurança jurídica** nos aspectos objetivos (estabilidade das relações jurídicas) e subjetivo (proteção à confiança) e da boa-fé.*

E, ainda: “(...) Embora reconhecendo essa possibilidade da Administração, é necessário observar determinadas condições mencionadas por Miguel Reale (1980:62): que o ato não se origine de dolo, não afete direitos ou interesses privados legítimos, nem cause dano ao erário”. (nosso grifo).

Diante disso, **a permissão para que uma empresa sem Licença Sanitária válida prossiga no processo licitatório, contrariando a legislação e o edital, gera instabilidade.** Isso fere a expectativa de que as regras serão seguidas, prejudicando a confiança dos demais licitantes e da população, e expõe a Administração a futuros questionamentos judiciais e a riscos relacionados à segurança dos produtos. O princípio da segurança jurídica exige que os critérios estabelecidos sejam respeitados para garantir a lisura e a validade de todo o processo.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Senhoria, que seja acolhido o presente Recurso Administrativo, e no mérito, seja julgado **PROCEDENTE**, para **DESCCLASSIFICAR** a empresa **SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME**, nos termos das fundamentações acima expostas.

Termos em que,
Pede deferimento.

Catanduva, 11 de julho de 2025

NATALIA TRAJANO
SENA:3371698289
0

Assinado digitalmente por NATALIA TRAJANO
SENA:3371698289
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5,
OU=31375316000191, OU=Videoconferencia, OU=
Certificado PF A3, CN=NATALIA TRAJANO
SENA:3371698289
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.07.11 13:03:31-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

Natália Trajano Sena
Gerente de Licitação



CONTRARRAZÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
A/C DO PREGOEIRO

REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.927/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.050/2025 – LOTE 01

SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.202.203/0001-26, com sede em Rua Delcio Ferreira de Azevedo, 573-Terreiro - Jd Piazza di Roma - Sorocaba/SP, representada por seu responsável legal, vem, respeitosamente, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA – Inscrita no CNPJ nº 47.078.704/0001-40, sito a Avenida Conde Francisco Matarazzo, 640 – Distrito Industrial José A. Boso, na cidade de Catanduva –SP, com base nos seguintes fundamentos:

I – DOS FATOS

A recorrente requer a desclassificação da empresa SUARES por alegada inabilitação diante da não apresentação de Licença Sanitária válida e o não atendimento do produto ofertado para o item 2, requerido no Edital.

II – DA REGULARIZAÇÃO/FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

Com relação a não apresentação válida da Licença Sanitária, nas alegações do concorrente, a mesma não pode prosperar, pois senão vejamos: Embora o concorrente faça preliminarmente uma comparação para estabelecer uma diferenciação entre a AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa) e Licença Sanitária não é o que o mesmo quer fazer parecer.

Entretanto, entendemos perfeitamente o direito do concorrente usar do expediente “Juris espurniand”, tentando e buscando no compêndio Jurídico, termos e ilações com o único fim de confundir o Pregoeiro e através desse expediente; vencer as licitações. As vezes conseguem no “Tapetão” levar alguma coisa. Isso porque, ao promover esses recursos, deixam transparecer que todos trabalham e agem irregularmente, que possa haver algum favoritismo, só não contra eles. Com os demais, ao se fazer a leitura vê-se e nota-se que tudo soa como ameaça ou defesa da integridade do processo licitatório e a proteção do interesse público. Então, não há de se dizer ou ressaltar previamente, em primeiro lugar o respeito pelo trabalho do pregoeiro e de toda equipe e, explicita



apenas que as alegações se referem unicamente à aplicação da Constituição Federal e da Lei de Licitações, etc... Mas, sobre isso falarei mais a frente.

Definida, a distinção exarada pelo concorrente, fixamos nossas alegações com relação a Licença Sanitária. Definiu bem também que *“Por outro lado, a licença Sanitária é o documento que **atesta a conformidade de um estabelecimento com as normas sanitárias locais**, sendo emitida pela autoridade sanitária competentes do Estado, do Distrito Federal ou dos Municípios...”*

Cumpri-nos dizer que Licença Sanitária é válida e de acordo com os termos exarados pela Autoridade competente. Caso em desacordo com normas e Leis vigentes, essa mesma Autoridade não se prestaria em confeccionar um Documento Declaratório dessa condição. Portanto, é um documento válido, seja qualquer alegação contrária, até decisão da Vigilância Sanitária, após inspeção sanitária. O que diga-se de passagem, que a mesma já foi realizada, não havendo até o presente momento algum óbice ou comunique-se. Seguindo dessa forma regular e aguardando a emissão definitiva da Licença Sanitária. Quanto á demora excessiva e injustificável para obtenção do novo licenciamento, sugerimos ao concorrente que se oficie a Vigilância Sanitária da cidade de Sorocaba e faça os questionamentos que achar necessário para atender à sua curiosidade, além de manifestar que tal documento não detém a credibilidade necessária proposta. Isto posto, contamos também ainda, se necessário, o benefício da **“Diligência”**. Pode em qualquer instante, o Pregoeiro; não satisfeito ou duvidoso com relação a um documento, ação ou outrem, efetuar diligenciamento cujo fim é o embasamento para ratificar suas decisões.

Com relação ao Item 2 – SHOWLAV – ALVEJANTE CONCENTRADO PARA ROUPAS HOSPITALARES, temos a declarar o seguinte;

O Produto ofertado em nossa proposta de preços conforme colocada em quadro destacado pelo concorrente:

02	308395	Alvejante Ácido Peracético – Etapas: Alvejamento e Desinfecção, Embalagem: Galão transparente de 20 Litros; Dosagem média: 10ml/kg	Galão	240
----	--------	--	-------	-----

Observa-se que na proposta a Dosagem do produto é de **7ml/kg de roupa seca**. Não há embutido nela ou em qualquer documento apresentado informação técnica ou de má fé. Ainda destacou o rótulo do Showlav Alvejante Concentrado para roupas Hospitalares com a dosagem grafada com o seguinte dado: **50 ml por kg de roupa seca**. Embora esse rótulo tenha sido postado junto ao site da Anvisa, o mesmo apresenta informação equivocada. Sendo que essa retificação já foi solicitada junto a Anvisa. Entretanto, é



uma informação rotular que não altera, nem a determinação apresentada até por ser absurda e que todas as dosagens, para quem tem conhecimento de lavanderia Hospitalar devem ser equilibradas em dosagens e tempos ajustados nos equipamentos dosadores instalados em comodato. Sendo que a eficácia e processamento correto se ajustará de acordo com a demanda e necessidade do Hospital, além da qualidade dos equipamentos lavadores e de treinamento de seus operadores. Vale ainda observar que nosso concorrente capciosamente, além de relatar detalhe insignificante; coloca que **“Não há nos documentos qualquer indicação de diluição recomendada para garantir a eficácia do produto no combate de microrganismos”**.

Lamentavelmente, no concorrente usa de expediente apelativo, que não merece qualquer respeito. O mesmo faz a afirmação acima colocada e logo abaixo, reforçando a tese, expõe a ficha técnica do produto. **Finalidade e Utilizações, Aplicação>** Lavanderias Hospitalares. Finalidade: indicado para ser usado através de sistema de dosagem no alvejamento e desinfecção de roupas brancas ou coloridas que apresentem manchas de hibicens (gluconato de clorhexidina) que é usado frequentemente em hospitais na limpeza e assepsia de pele, E de bom alvitre, que em Edital não há nada mencionado a apresentar qualquer efeito, grafia, símbolo ou cálculo físico-matemático de comprovação de eficácia. Tudo que deveria ser apresentado já foi apresentado ao órgão competente: Anvisa. O resto são meras formalidades, que podem ou não serem solicitadas, depende da ótica de quem analisa e interpreta a Lei, que quase sempre foi feita não para moralizar as coisas e sim para atender interesses de outrem. A Administração Pública não deve se guiar exclusivamente por tecnicismos formais quando estes não comprometem a segurança jurídica, a isonomia entre os licitantes nem a execução do contrato.

Bem, isto posto, voltemos então ao ponto. Então, vamos decifrar aqui algumas coisas que revelam a verdadeira intenção do nosso concorrente. Nossos valores ganhos e participados do começo ao fim dos lances somam R\$: 255.720,00 (Duzentos e Cinquenta e cinco mil e setecentos e vinte reais), o valor ofertado pela Pluron Quimica é de R\$: 391.320,00 (trezentos e noventa e um mil e trezentos e vinte reais). Temos aí uma diferença a mais sobre a nossa proposta de R\$ 135.600,00 (cento e trinta e cinco mil e seiscentos reais). Valor esse nem disputado! Confiante em sua banca de advogados, que são craques em achar “Pelo em Ovo”. Lamentável, mas há aí uma certa crença por parte do nosso concorrente, que talvez possam subestimar a inteligência dos demais. E, ainda colocam em sua ressalva, em primeiro lugar, que respeitam toda a equipe, etc. Custa-me crer nessa possibilidade! Não respeitam, inclusive o erário público, porque cravam a aposta que a Prefeitura de Nova Friburgo irá contratar pagando a mais esse valor exorbitante exposto acima e além disso deveriam respeitar o 2º colocado, a empresa HITOP – INDUSTRIA QUIMICA, que foi ignorada, na certeza de que passando a barreira da SUARES DISTRIBUIDORA, seria fácil



desbancar a HITOP. Que não recorreu, reconhecendo a derrota e partindo para outra, pois é vasto nosso mercado. Tem lugar para todos. O que infelizmente não sentimos essa disposição de nosso concorrente recusante, pois em toda licitação usa o mesmo estratagema. Felizmente não prospera!

E, vamos então apontar algumas incoerências com relação aos produtos ofertados pela PLURON.

Com relação ao item 1 – PLURON 911 LLX – LAVA ROUPAS, a finalidade do produto é indicada para ser utilizado associado a detergente neutro em processos de lavagem de roupas branca ou coloridas com sujidade média ou pesada hospitalares, de hotéis, lavanderias profissionais e indústrias. Portanto, divergindo a descrição do rótulo com a descrição da proposta. Outra coisa é apresentação: nada consta. Conteúdo: vazio? Em edital, a solicitação é para entrega em Bombonas de 20 Lt.

Com relação ao Item 2 – PLURON 461 A – Desinfetante para roupas Hospitalares, Finalidade adversa; É um desinfetante para superfícies fixas e artigos não críticos, tais como pisos, azulejos, paredes, camas, macas, banheiros, vidros, comadres, etc. Este produto confunde-se com o produto da mesma linha do fabricante PLURON – o PLURON 461 A 1, que inverte a finalidade e pode ser usado em lavanderia hospitalar. Entretanto, as composições dos mesmos são iguais, entretanto alteram-se a finalidade de ambos e mais ainda, a validade de um é de 6 meses e a do outro é de 4 meses. Precisamos entender melhor essa disparidade e porque um segundo produto com a mesma apresentação de formulação, mas com nomes diferentes. Embora no rótulo do PLURON 401 A, fazer constar o teor de Ácido Peracético 17% e em ambas as fichas técnicas dos dois produtos mencionar o Teor de Ácido Peracético 15%. Conteúdo: vazio?, na ficha técnica consta conteúdo de 30 Lt. . Em edital, a solicitação é para entrega em Bombonas de 20 Lt. Verificado, no Site da Anvisa a PLURON não tem registrado essa versão. Assim como todas as demais Itens da proposta,

Com relação ao Item 5- PLURON 834 LL- DETERGENTE PARTA LAVAR ROUPAS, modo de usar, ao montar o processo de dosagem somando todas as fases teremos aí a grosso modo, um consumo exagerado, de 12ml/kg de roupa seca, O solicitado no termo referência é de 5ml/kg de roupa seca. Temos ainda uma observação e um alerta com relação a matéria-prima usada como componente para fabrico deste produto. Conforme apresentado na descrição da composição rotular: Nonil Fenol Poliglicol Eter. É um tensoativo não iônico (resultado da reação do óxido de etileno com o nonil fenol (Renex), produto banido no mercado mundial e infelizmente ainda utilizado no Brasil, embora a Anvisa não tenha determinado uma ação efetiva com relação a isto, ela propaga o desuso do mesmo. CAS- 9016-45-9. Isto porque o mesmo pode apresentar riscos ambientais e de saúde, sendo considerado um poluente. Estudos indicam que o composto podem causar problemas de saúde, como alterações hormonais entre outros



efeitos adverso. Conteúdo: 30 lt. Em edital , a solicitação é para Bombonas de 20 lt.
Obs: verificado no Site da Anvisa a PLURON não tem registrado essa versão. Assim como todos os demais itens da proposta.

Isto posto, a jurisprudência e a doutrina são unânimes em reconhecer que o objetivo maior das licitações é garantir a proposta mais vantajosa para o interesse público, e isso inclui a análise de situações em que equívocos formais são sanáveis, especialmente quando há respaldo legal, como no caso das microempresas.

É imprescindível aplicar o princípio do bom senso, reconhecendo que a empresa já dispõe de todos os requisitos à época da habilitação e que nenhum prejuízo foi causado ao processo. Não cabe aqui penalização de erros formais os quais não comprometem a eficiência ou frustram os objetivos maiores da licitação pública.

V – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O conhecimento e o não provimento do recurso interposto pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA;
2. A manutenção da habilitação da empresa SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME , e a providente ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, por questão de justiça e por respeitar e oferecer os requisitos legais

Nestes termos,
Pede deferimento.

Sorocaba, 16 de Julho de 2025

HAROLDO SOARES DA SILVA
Sócio-Proprietário
CPF:156.123.501-63



Comissão Permanente de Pregão II

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.050/2025

Processo Licitatório nº: 3.927/2025

Processo Recurso nº: 26.091/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.050/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de INSUMOS DE LAVANDERIA, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 47.078.704/0001-40, com sede na Av. Conde Francisco Matarazzo, 640, Distr. Ind. José A. Boso, Catanduva/SP, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.050/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos com a data limite de 11/07/2025, tendo a empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA manifestado a intenção de interpor recursos conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 16 a 33.

Por uma simples análise do presente recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.



Comissão Permanente de Pregão II

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, a recorrente pleiteia a desclassificação da empresa SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.202.203/0001-26, vencedora dos itens 01 a 06 do certame, alegando que:

- i) A empresa recorrida não apresentou Licença Sanitária válida, emitida pela Vigilância Sanitária local, documento exigido cumulativamente com a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Anvisa a âmbito federal;
- ii) A declaração fornecida pela recorrida, emitida pela Prefeitura de Sorocaba, não pode ser considerada válida como substituição da Licença Sanitária, uma vez que a renovação não fora solicitada dentro do prazo legal de 120 dias antes do vencimento da licença anterior, e sim após o seu vencimento;
- iii) O produto ofertado para o item 02 apresenta dosagem incompatível com a exigida, já que o edital prevê rendimento de 10ml/kg, enquanto o rótulo do produto indica dosagem que resultaria em consumo médio de 150ml/kg;
- iv) Os laudos técnicos apresentados pela empresa recorrida em relação ao produto ofertado para o item 02 não indicam a diluição recomendada nem demonstram sua capacidade de desinfecção.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer a recorrente que o recurso seja acolhido e, no mérito, julgado procedente, para desclassificar a empresa recorrida.

IV. DAS CONTRARRAZÕES

A empresa SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA apresentou contrarrazões recursais na data de 16/07/2025, sendo tais contrarrazões, portanto, tempestivas, conforme o disposto no art. 164, §4º da Lei 14.133/21.

Em síntese, a recorrida alega em suas contrarrazões de fls. 34 a 38:

- i) Que a declaração de licenciamento sanitário foi emitida pela autoridade competente, a Prefeitura de Sorocaba, a qual não emitiria tal documento caso estivesse em desacordo com normas e leis vigentes;
- ii) Que o rótulo do produto apresentado para o item 02 realmente contém informação equivocada sobre a dosagem (50ml/kg), cuja correção já foi solicitada à Anvisa, sendo certo que a eficácia e o processamento correto do produto se ajustam



Comissão Permanente de Pregão II

conforme a demanda e necessidade do hospital, bem como à qualidade dos equipamentos e ao treinamento dos operadores;

- iii) Que o edital não exige comprovação da eficácia do produto por meio de testes físico-matemáticos, tratando-se de formalidade desnecessária, uma vez que toda a documentação pertinente já foi apresentada à Anvisa, órgão competente para tal análise;
- iv) Que a proposta da recorrente também possuiria produtos com divergências em seus rótulos, notadamente em relação aos itens 01, 02 e 05;
- v) Que a recorrente é a terceira colocada na licitação, com valores evidentemente superiores aos apresentados pela recorrida, mostrando desrespeito ao erário público e à segunda colocada, que aceitou o resultado do certame.

V. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Diante do exposto, considerando se tratar de questões técnicas, encaminho o presente processo, nos termos do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.050/2025, à Secretaria Municipal de Saúde, para análise dos aspectos técnicos recorridos, nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, a fim de subsidiar a decisão desta Pregoeira.

Nova Friburgo, 18 de julho de 2025.

Karla Braga Machado
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matricula: 990.996



Resposta Técnica do Setor Requisitante ao Recurso Administrativo do pregão eletrônico nº 90.050/2025

Processo Licitatório nº 3.927/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.050/2025, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de INSUMOS DE LAVANDERIA, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, pelo período de 01 (um) ano

I. RELATÓRIO

A empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA interpôs Recurso Administrativo questionando a classificação em primeiro lugar da empresa SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME no Lote 01 do certame em referência.

O recurso fundamenta-se em duas alegações principais: primeiro, sustenta que a empresa recorrida não apresentou Licença Sanitária válida, configurando inabilitação por qualificação técnica; segundo, argumenta que o produto ofertado para o Item 02 (alvejante) não atenderia à dosagem exigida no Termo de Referência e não teria sua eficácia como desinfetante devidamente comprovada.

A empresa recorrida apresentou contrarrazões tempestivas, refutando integralmente as alegações e requerendo a manutenção de sua classificação no certame.

II. QUESTÕES PRELIMINARES

O recurso administrativo foi interposto dentro do prazo legal, atendendo aos requisitos de admissibilidade processual. A questão relativa à qualificação técnica, especificamente quanto à validade da documentação sanitária apresentada pela empresa





recorrida, envolve interpretação de Decretos Federais e questões regulatórias complexas, razão pela qual será encaminhada para parecer da Procuradoria Geral do Município.

A presente análise concentra-se no exame técnico das alegações referentes ao Item 02, conforme os argumentos recursais e a documentação apresentada pelas partes.

III. FUNDAMENTAÇÃO

A. Das Especificações Técnicas Exigidas

O Termo de Referência estabelece para o Item 02 as seguintes especificações: "Alvejante Ácido Peracético – Etapas: Alvejamento e Desinfecção, Embalagem: Galão transparente de 20 Litros; Dosagem média: 10ml/kg".

B. Da Alegada Inadequação de Dosagem

A recorrente sustenta que o rótulo do produto indica dosagem de "50ml por litro de água", incompatível com os 10ml/kg exigidos no edital, caracterizando inadequação técnica e antieconômica do produto ofertado.

A análise documental revela que o rótulo do produto, consultado no sistema da ANVISA, efetivamente apresenta a instrução "Diluir 50mL para 1L de água (ou equivalente 1:20)". Contudo, esta informação deve ser contextualizada diante do conjunto probatório apresentado.

A Proposta Comercial formalmente apresentada pela recorrida reproduz integralmente a descrição editalícia, incluindo a especificação "Dosagem média: 10ml/kg", vinculando contratualmente a empresa ao cumprimento deste requisito. Ademais, a Ficha Técnica do produto especifica, em seu modo de uso, dosagem de "3 à 7 ml/kg de roupa seca", enquanto o laudo de "Estimativa de Toxicidade Oral Aguda" indica dosagem de "5 a 10 ml, por quilo de roupa seca".

A documentação técnica demonstra que o produto opera em faixas de dosagem não apenas compatíveis, mas superiores em eficiência à exigida no edital. O





Princípio da Vinculação ao Edital, fundamental no direito licitatório, estabelece que a licitante se obriga ao cumprimento integral das especificações ao apresentar sua proposta, independentemente de eventuais divergências em documentação acessória.

A divergência identificada no rótulo constitui vício formal sanável diante das robustas evidências técnicas de adequação do produto e do compromisso formal assumido na proposta comercial.

C. Da Alegada Ausência de Comprovação da Eficácia Desinfetante

A recorrente questiona a comprovação da eficácia desinfetante do produto ofertado, alegando insuficiência documental para demonstrar esta propriedade.

O exame da documentação apresentada revela múltiplas evidências da dupla funcionalidade do produto. O rótulo informa expressamente sua finalidade: "Alvejante concentrado líquido indicado para a alveijamento e desinfecção de roupas hospitalares". A FISPQ (Ficha de Informação de Segurança) corrobora esta descrição, assim como a Ficha Técnica do produto.

Contudo, a prova conclusiva da ação desinfetante reside nos Laudos de Eficácia Bactericida apresentados, que comprovam cientificamente a eficácia do produto contra *Staphylococcus aureus*, *Salmonella enterica* e *Pseudomonas aeruginosa*. Estes microrganismos constituem parâmetros de referência para avaliação de desinfetantes no ambiente hospitalar, conforme estabelecido pela legislação sanitária vigente.

A documentação apresentada atende plenamente às exigências de comprovação técnica, demonstrando tanto a funcionalidade de alveijamento quanto a capacidade desinfetante do produto.

IV. DA QUESTÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO (LICENÇA SANITÁRIA)

Quanto à primeira alegação da recorrente, referente à qualificação técnica, cumpre registrar que o edital exige a apresentação de "Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, dentro do prazo de validade".





A empresa recorrida apresentou uma Declaração emitida pela Vigilância Sanitária do Município de Sorocaba/SP, datada de 13 de maio de 2025, que atesta estar o processo de renovação da licença em trâmite, invocando o artigo 22, § 2º do Decreto Federal nº 74.170/1974 para sustentar a validade do protocolo até decisão da autoridade sanitária.

A recorrente contesta a validade desta documentação, apresentando evidências de que a licença anterior expirou em 03/08/2024 e o protocolo de renovação foi efetuado apenas em 26/08/2024. Segundo a legislação citada, a prorrogação automática da licença condiciona-se ao requerimento da revalidação em "até cento e vinte (120) dias antes do término de sua vigência", o que, se confirmado o alegado, não teria sido observado.

Diante do exposto, e considerando os princípios da Legalidade Estrita, da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório que regem os processos licitatórios, submetemos a questão à Procuradoria Geral do Município para que se manifeste especificamente sobre os seguintes pontos: primeiro, se a Declaração emitida pela Vigilância Sanitária de Sorocaba pode ser juridicamente aceita como documento hábil para suprir a exigência do edital, em substituição à Licença de Funcionamento válida; segundo, se a aparente intempestividade do pedido de renovação, conforme alegado e documentado pela recorrente, invalida a presunção de validade do protocolo citada na Declaração, à luz do que dispõe o Decreto Federal nº 74.170/1974; e terceiro, qual o correto posicionamento que a Administração Pública deve adotar quanto à habilitação da empresa Suares Distribuidora de Produtos de Limpeza LTDA - ME neste certame.

V. CONCLUSÃO

Diante do exposto na análise técnica, verifica-se que as alegações da recorrente quanto às inadequações do produto ofertado para o Item 02 não prosperam. A documentação apresentada pela empresa recorrida demonstra adequadamente que o produto atende às especificações de dosagem e eficácia estabelecidas no Termo de Referência, tanto para alveijamento quanto para desinfecção.





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Secretaria de Saúde

Assim sendo, sugere-se ao Pregoeiro o **NÃO PROVIMENTO** do recurso administrativo no que se refere ao mérito técnico do Item 02.

Quanto à questão da habilitação por qualificação técnica (Licença Sanitária), encaminho os autos do presente processo para parecer da Procuradoria Geral do Município, devendo a decisão final sobre o recurso aguardar a consolidação de ambas as análises para que o Pregoeiro possa decidir sobre a integralidade das questões suscitadas, nos termos do artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Jonathan Pinheiro Chaves
Subsecretário de Gestão Administrativa
Matrícula 206.870

Leslie da Conceição Moura
Secretário de Saúde em exercício
Matrícula 207.520





Processo: 26.091/2025

Requerente: MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA

**Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.050/2025 - Processo
Licitação n. 3.927/2025**

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Licitações e Contratos,

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA. em face da decisão que classificou em primeiro lugar a licitante SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME no lote 01 do Pregão Eletrônico nº 90.050/2025, que teve por objeto o “*REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição, sob demanda, de insumos de lavanderia, para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertão e hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 01 (um) ano.*”.

Em suma, a recorrente alega em sua peça recursal (fls. 16/33) que a recorrida não apresentou a Licença Sanitária válida, bem como que o produto ofertado para o item 2 não atende o requerido pelo edital por não ser compatível com a dosagem exigida, tampouco ter a eficácia para desinfecção. .

Às fls. 34/38, consta as contrarrazões apresentadas pela recorrida, sustentando, em síntese, a apresentação de regular licença sanitária, bem como a propriedade do produto em relação ao edital de licitação.

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 49/56, limitou-se à remessa dos autos à Secretaria Municipal de Saúde.



Às fls. 42/46 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, oportunidade em que opinou pelo não provimento do recurso administrativo no que tange aos argumentos relativos à propriedade técnica do objeto licitado (alvejante).

Quanto à análise da validade da documentação sanitária apresentada pela recorrida, remeteu o feito para a Procuradoria-Geral para esclarecimento de alguns questionamentos

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que o recurso apresentado é tempestivo, em conformidade com a manifestação da Comissão Permanente de Pregão II, que recebeu o presente recurso.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua



motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:

“22.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da



Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, verifica-se que o Pregoeiro recebeu o recurso, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Saúde para pronunciamento de ordem técnica.

Por certo, o presente parecer abordará tão somente as questões eminentemente jurídicas, dentro das atribuições inerentes a esta Procuradoria-Geral do Município, considerando que já há manifestação da pasta competente acerca da viabilidade do produto licitado.

Assim, passa-se à análise tão somente da questão documental posta em discussão no presente recurso acerca da validade da licença de funcionamento apresentada pela recorrida

Como relatado, alega a recorrente que a recorrida não teria cumprido os requisitos da qualificação técnica exigida no edital de licitação, ao não apresentar licença sanitária válida.

A recorrida, em contrarrazões, aduz que a declaração de licenciamento sanitário foi emitida pela autoridade competente, a Prefeitura de Sorocaba, a qual não emitiria tal documento caso estivesse em desacordo com normas e leis vigentes.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional



equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra provada que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

[...]

Por sua vez, vejamos o que o edital de licitação dispôs acerca dos requisitos de qualificação técnica:

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



19.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

19.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19.3 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013, quando aplicável.

19.4 - Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal no 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD no 16/2014, quando aplicável.

19.5 - Os documentos de qualificação solicitados poderão ser analisados por Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta por farmacêuticos habilitados que compõem o quadro da assistência farmacêutica.

A qualificação técnica tem por escopo aferir a capacidade para a execução do objeto licitado. Limita-se, portanto, àquelas exigências estabelecidas, admitindo-se eleger, dentro daquele rol, o quanto necessário, mantendo uma relação de proporcionalidade com o objeto pretendido, levadas em consideração as características semelhantes ou similares em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Abrange tanto a comprovação de capacidade técnico-profissional, relacionada à aptidão dos profissionais que integram o quadro da empresa, demonstrada através de atestado



de responsabilidade técnica, quanto a técnico-operacional, que diz respeito à capacidade da empresa na execução de objetos similares, aferida mediante certidões, atestados ou documento de avaliação emitido em face de sua atuação na execução de outros ajustes.

Tais exigências são obrigatórias nas contratações de obras e serviços de engenharia, e nos demais casos, substituíveis por provas alternativas que permitam aferir que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática, conforme estabelecido no § 3º do art. 67.

In *casu*, o objeto do certame é o “*REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de INSUMOS DE LAVANDERIA, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, pelo período de 01 (um) ano.*”

Conforme demonstrado anteriormente, entre os requisitos de qualificação técnica exigidos, encontra-se a apresentação de “*alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013, quando aplicável.*” (subitem 19.3).

A empresa recorrida apresentou Declaração emitida pela Vigilância Sanitária do Município de Sorocaba/SP, datada de 13 de maio de 2025, que atesta estar o processo de renovação da licença em trâmite, informando expressamente que “*Tendo em vista o artigo 22, § 2º do Decreto Federal nº 74.170/1974, o protocolo segue válido até a decisão da Vigilância Sanitária após a inspeção sanitária.*” . .

Ressalta-se a literalidade da norma supracitada:

Art. 22. A revalidação da licença deverá ser requerida até cento e vinte (120) dias antes do término de sua vigência.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A G E R A L
D O M U N I C Í P I O



§ 2º - Se a autoridade sanitária não decidir o pedido de revalidação antes do término do prazo da licença, considerar-se-á automaticamente prorrogada aquela até a data da decisão."

Segundo a legislação citada, a prorrogação automática da licença condiciona-se ao requerimento da revalidação em "até cento e vinte (120) dias antes do término de sua vigência"..

A recorrente contesta a validade desta documentação, afirmando que a licença anterior expirou em 03/08/2024 e o protocolo de renovação foi efetuado apenas em 26/08/2024, sem contudo, apresentar tal comprovação.

Como amplamente sabido, os documentos emitidos pela Administração Pública têm presunção de legalidade e de veracidade. Assim, cabe à recorrente o ônus da prova ao questionar sua validade. Nesse sentido é o entendimento da jurisprudência dos Tribunais:

LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. COBRANÇA . DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ARTIGO 66 DA LEI Nº 8.666/93. Nos termos do que prevê o artigo 370 do CPC, cumpre ao magistrado, a quem são destinadas as provas produzidas nos autos, a avaliação quanto à necessidade ou não da produção de outras provas para a formação do seu convencimento acerca do direito posto em litígio . Cobrança. Impossibilidade. Empresa que nos termos do artigo 66 da Lei de Licitação deve cumprir as obrigações contratuais assumidas com o ente público. Os documentos emitidos pela Administração Pública têm presunção de legalidade e de veracidade, cabendo àquele que pretender questioná-los o ônus da prova . Demonstração de que a autora não cumpriu o avençado. Também não produziu a prova necessária a comprovar a sua alegação, ônus que lhe competia, nos termos do artigo 373, inciso I, do CPC, devendo prevalecer a presunção de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido.

(TJ-SP - AC: 00003478120128260238 SP 0000347-81.2012.8.26 .0238, Relator.: Vera Angrisani, Data de Julgamento: 29/11/2019, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 29/11/2019).



EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - REEMBOLSO DE VALOR PAGO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL A ASSOCIADO - PRETENSÃO EM FACE DE QUEM DEU CAUSA AO ACIDENTE - DESCONTO DA IMPORTÂNCIA RECEBIDA A TÍTULO DE VENDA DO SALVADO - AUTORIZAÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV - DOCUMENTO PÚBLICO - PRESUNÇÃO IURIS TANTUM - AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS EM SENTIDO CONTRÁRIO - ÔNUS DA PROVA - ART. 373, I, DO CPC - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - ART. 86, CAPUT, DO CPC. - Cabe à parte autora a prova de fato constitutivo de seu direito, nos termos do art . 373, I, do CPC: "O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;"- Documento público possui presunção legal de sua autenticidade entre as partes e perante terceiros, fato que decorre da fé pública conferida aos documentos emitidos por agentes públicos no exercício de suas funções. - A presunção de veracidade conferida ao documento público é iuris tantum, ou seja, passível de ser elidido por provas, robustas, produzidas em contrário. - Não há nos autos prova capaz de deconstituir a presunção de veracidade da qual é dotada a afirmação constante no documento público juntado aos autos. - Tendo ambas as partes sucumbido em parte, cabe a distribuição proporcional dos ônus sucumbenciais, nos termos do art . 86, caput, do CPC.

(TJ-MG - AC: 10000210464749001 MG, Relator.: José Eustáquio Lucas Pereira, Data de Julgamento: 25/05/2021, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 25/05/2021).

A recorrente afirma que as “consultas ao sistema revelam que a licença de 2023 venceu em 03/08/2024, e o protocolo de renovação da recorrida foi efetuado apenas em 26/08/2024”, anexando um *print* de “detalhe de acompanhamento de licença” onde consta somente a data de vencimento em 03/08/2024, sem qualquer informação acerca da alegada data de protocolo em 26/08/2024.

Ademais, em consulta ao sítio eletrônico do Sistema de Informação em Vigilância Sanitária - SIVISA (<https://sivisa.saude.sp.gov.br/sivisa/cidadao/cidadaoLicenca.consultaEstabelecimento.logic>), foram encontrados resultados com informação diversa, vejamos:



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Consulta Estabelecimento

Filtro de Pesquisa

CPF: digite apenas números
CNPJ: 18.202.203/0001-26 digite apenas números
Razão social/nome:
Nome Fantasia:
Município:
Logradouro:
Digite o texto da imagem:

gerar outra imagem

Pesquisar

É necessário o preenchimento ao menos de um campo para realizar a pesquisa.
Não é possível pesquisar por CPF e CNPJ ao mesmo tempo.

Resultado da Pesquisa

Atividade Econômica	Razão Social	Nome Fantasia	Endereço
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	DELICIO FERREIRA DE AZEVEDO, 573
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	DELICIO FERREIRA DE AZEVEDO, 573
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	DELICIO FERREIRA DE AZEVEDO, 531
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	DELICIO FERREIRA DE AZEVEDO, 573
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	DELICIO FERREIRA DE AZEVEDO, 531
COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	DELICIO FERREIRA DE AZEVEDO, 531

6 itens encontrados, exibindo todos os itens

Detalhe Acompanhamento de Licenças

Resultado da Pesquisa

Atividade Econômica: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
CNPJ: 18.202.203/0001-26 Licença Sanitária: 355220501-464-000134-1-2 Razão Social: SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Data de Vencimento	Situação	Observação
07/05/2023	DEFERIDO	

Um item encontrado

Detalhe Acompanhamento de Licenças

Resultado da Pesquisa

Atividade Econômica: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR
CNPJ: 18.202.203/0001-26 Licença Sanitária: 355220501-464-000134-1-2 Razão Social: SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Data de Vencimento	Situação	Observação
03/08/2024	Licença Sanitária em andamento	

Um item encontrado



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Detalhe Acompanhamento de Licenças

Resultado da Pesquisa

Atividade Econômica: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR

CNPJ: 18.202.203/0001-26 Licença Sanitária: 355220501-464-000134-1-2 Razão Social: SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Data de Vencimento	Situação	Observação
18/07/2025	DEFERIDO	

Um item encontrado

Detalhe Acompanhamento de Licenças

Resultado da Pesquisa

Atividade Econômica: COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR

CNPJ: 18.202.203/0001-26 Licença Sanitária: 355220501-464-000134-1-2 Razão Social: SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Data de Vencimento	Situação	Observação
17/07/2025	DEFERIDO	

Um item encontrado

Como se pode constatar dos “prints” dos Detalhes de Acompanhamento de Licenças, as informações são as mesmas: CNPJ 18.202.203/0001-26, Licença Sanitária 355220501-464-000134-1-2, Razão Social Suarez Distribuidora de Produtos de Limpeza Ltda, sendo certo que, não obstante um deles apresentar data de vencimento de “03/08/2024” e com situação de “licença sanitária em andamento”, foram encontrados outros dois resultados com data de vencimento em “17/07/2025” e “18/07/2025” com situação de “deferido”.

Considerando que o certame foi realizado em 11/06/2025, s.m.j., a licença sanitária estaria válida.

Ademais, tratando-se de requisito de habilitação, aplica-se aos documentos de qualificação técnica também o comando do art. 64 da Lei n. 14.133/2021, devendo ser analisada pelo pregoeiro a necessidade de realização de diligência:.

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Não obstante, considerando se tratar de qualificação técnica, cabe ao pregoeiro e à secretaria requerente proceder com a verificação do cumprimento dos requisitos, cuja análise foge à expertise desta assessoria jurídica.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Secretaria de Saúde para ciência do presente parecer, devendo ser observados os apontamentos elencados nos tópicos anteriores, aos quais remete à leitura para análise e verificação a fim de balizar a sua decisão e, após, à Comissão de Pregão II para adoção das providências de sua alçada.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO



Nova Friburgo, 28 de julho de 2025.

Paola Wermelinger Câmara

Analista Processual I

Subprocuradoria de Licitações e Contratos

Matrícula: 300.626

Assinado digitalmente. Acesse: <https://gpi18.cloud.ei.com.br/Server/Exec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: c064aac2-3686-488c-a179-14801bffe60f Parecer Jurídico Nº 000524/2025



DESPACHO

Processo: Pregão Eletrônico nº 90.050/2025 (Proc. Adm. nº 3.927/2025)
Recorrente: MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA
Recorrida: SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME

I. HISTÓRICO PROCESSUAL

Os presentes autos tratam de Recurso Administrativo interposto pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA questionando a classificação em primeiro lugar da empresa SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME no Lote 01 do certame em referência.

Conforme manifestação técnica anteriormente elaborada por esta Secretaria, as alegações recursais foram analisadas sob dois aspectos distintos: primeiro, quanto ao mérito técnico do produto ofertado para o Item 02 (alvejante); segundo, quanto à validade da documentação sanitária apresentada para fins de qualificação técnica.

A análise técnica concluiu pelo não provimento das alegações referentes ao Item 02, demonstrando que o produto atende às especificações editalícias. Quanto à questão da habilitação, a matéria foi encaminhada à Procuradoria Geral do Município para análise jurídica, tendo em vista a complexidade das questões regulatórias envolvidas.

II. PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Retornaram os autos com o Parecer Jurídico nº 000524/2025, da lavra da Analista Processual Paola Wermelinger Câmara, da Subprocuradoria de Licitações e Contratos, que se manifestou especificamente sobre a questão da validade da Licença Sanitária apresentada pela empresa recorrida.

Das Principais Conclusões Jurídicas:

Presunção de Legalidade: A PGM destacou que os documentos emitidos pela Administração Pública possuem presunção de legalidade e veracidade, cabendo à parte





Subsecretaria de Gestão Administrativa

questionadora o ônus da prova, conforme jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores.

Insuficiência Probatória: Foi constatado que a recorrente não logrou comprovar de forma robusta suas alegações sobre a intempestividade do protocolo de renovação da licença sanitária. O documento apresentado (print do sistema) continha apenas a data de vencimento (03/08/2024), sem demonstrar efetivamente a data do protocolo alegada (26/08/2024).

Verificação Oficial: A consulta oficial realizada pela PGM ao Sistema de Informação em Vigilância Sanitária (SIVISA) revelou informações divergentes das alegadas pela recorrente, constando licenças com datas de vencimento em "17/07/2025" e "18/07/2025" com situação "deferido", indicando que, à época do certame (11/06/2025), a licença sanitária estaria válida.

Possibilidade de Diligência: O parecer ressaltou a aplicabilidade do artigo 64 da Lei 14.133/2021, que permite a realização de diligências para complementação de informações e atualização de documentos de habilitação, quando necessário.

III. CONSOLIDAÇÃO DAS ANÁLISES

Diante das manifestações técnica e jurídica produzidas, verifica-se que:

1. **Quanto ao Item 02:** A análise técnica demonstrou que o produto ofertado pela recorrida atende plenamente às especificações editalícias de dosagem e eficácia para alvejamento e desinfecção.
2. **Quanto à Habilitação:** O parecer jurídico da PGM concluiu que a Declaração emitida pela Vigilância Sanitária de Sorocaba/SP possui presunção de legalidade, não tendo sido demonstradas irregularidades que justifiquem a inabilitação da empresa recorrida.





Subsecretaria de Gestão Administrativa

IV. ENCAMINHAMENTO

Nos termos do artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e do subitem 22.5 do edital de licitação, compete ao Pregoeiro a análise e decisão sobre o presente recurso administrativo.

Com base nas manifestações técnica e jurídica produzidas nos autos, que convergem para o não provimento das alegações recursais, encaminham-se os presentes autos ao Pregoeiro para:

1. **Análise das conclusões técnicas e jurídicas** apresentadas pelas áreas competentes;
2. **Avaliação da necessidade de eventual diligência** junto à empresa recorrida, nos termos do artigo 64 da Lei 14.133/2021, caso entenda pertinente para esclarecimento definitivo da questão da licença sanitária;
3. **Decisão fundamentada sobre o recurso administrativo**, considerando os elementos técnicos e jurídicos constantes dos autos.

Ressalta-se que as manifestações técnica e jurídica constituem subsídios para a decisão do Pregoeiro, a quem compete, em última análise, o julgamento do recurso e a definição sobre a manutenção ou alteração da classificação das empresas no certame.

Atenciosamente,

Jonathan Pinheiro Chaves
Subsecretário de Gestão Administrativa
Matrícula 206.870

Ciente, de acordo,

Leslie da Conceição Moura
Secretário de Saúde em exercício
Matrícula 207.520





Comissão Permanente de Pregão II

**DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.050/2025**

Processo Licitatório nº: 46.408/2024

Processo Recurso nº: 25.495/2025

Referência: Pregão Eletrônico nº 90.050/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de INSUMOS DE LAVANDERIA, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 47.078.704/0001-40, com sede na Av. Conde Francisco Matarazzo, 640, Distr. Ind. José A. Boso, Catanduva/SP, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.050/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

I. RESUMO DO RECURSO

Em síntese, a recorrente pleiteia a desclassificação da empresa **SUARES DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.202.203/0001-26, vencedora dos itens 01 a 06 do certame, alegando em seu recurso de fls. 16 a 33 que:

- i) A empresa recorrida não apresentou Licença Sanitária válida, emitida pela Vigilância Sanitária local, documento exigido cumulativamente com a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Anvisa a âmbito federal;
- ii) A declaração fornecida pela recorrida, emitida pela Prefeitura de Sorocaba, não pode ser considerada válida como substituição da Licença Sanitária, uma vez que a renovação não fora solicitada dentro do prazo legal de 120 dias antes do vencimento da licença anterior, e sim após o seu vencimento;



Comissão Permanente de Pregão II

- iii) O produto ofertado para o item 02 apresenta dosagem incompatível com a exigida, já que o edital prevê rendimento de 10ml/kg, enquanto o rótulo do produto indica dosagem que resultaria em consumo médio de 150ml/kg;
- iv) Os laudos técnicos apresentados pela empresa recorrida em relação ao produto ofertado para o item 02 não indicam a diluição recomendada nem demonstram sua capacidade de desinfecção.

A empresa recorrida, por sua vez, apresentou, de maneira tempestiva, as contrarrazões de fls. 34 a 38. Alegou, em síntese:

- i) Que a declaração de licenciamento sanitário foi emitida pela autoridade competente, a Prefeitura de Sorocaba, a qual não emitiria tal documento caso estivesse em desacordo com normas e leis vigentes;
- ii) Que o rótulo do produto apresentado para o item 02 realmente contém informação equivocada sobre a dosagem (50ml/kg), cuja correção já foi solicitada à Anvisa, sendo certo que a eficácia e o processamento correto do produto se ajustam conforme a demanda e necessidade do hospital, bem como à qualidade dos equipamentos e ao treinamento dos operadores;
- iii) Que o edital não exige comprovação da eficácia do produto por meio de testes físico-matemáticos, tratando-se de formalidade desnecessária, uma vez que toda a documentação pertinente já foi apresentada à Anvisa, órgão competente para tal análise;
- iv) Que a proposta da recorrente também possuiria produtos com divergências em seus rótulos, notadamente em relação aos itens 01, 02 e 05;
- v) Que a recorrente é a terceira colocada na licitação, com valores evidentemente superiores aos apresentados pela recorrida, mostrando desrespeito ao erário público e à segunda colocada, que aceitou o resultado do certame.

O processo fora submetido, na sequência, à análise técnica da Secretaria requisitante.

II. DA RESPOSTA TÉCNICA DA SECRETARIA REQUISITANTE

A Secretaria de Saúde, após análise do recurso e das contrarrazões, destaca em sua resposta técnica de fls. 42 a 46:

- i) Que, embora o rótulo do produto ofertado para o item 02 mencione a diluição de “50ml por litro de água”, esta informação deve ser contextualizada, uma vez que em sua proposta a empresa reproduz toda a especificação presente no edital, qual seja, “Dosagem média: 10ml/kg”, fato que a vincula ao cumprimento deste requisito;



Comissão Permanente de Pregão II

- ii) Que a ficha técnica do produto indica dosagens entre 3 a 7ml/kg de roupa seca, enquanto o laudo toxicológico aponta dosagem de 5 a 10ml/kg, demonstrando compatibilidade técnica com o exigido, e até superior eficiência do produto, o que indica que a incompatibilidade técnica no rótulo seria divergência formal sanável;
- iii) Que a eficácia desinfetante do produto é devidamente comprovada pela Ficha Técnica, pela FISPQ (Ficha de Informação de Segurança) e, principalmente pela análise dos Laudos de Eficácia Bactericida apresentados.

Os autos foram então encaminhados pela Secretaria de Saúde à Procuradoria Geral do Município, para manifestação acerca da primeira alegação da recorrente, relativa à controvérsia envolvendo o licenciamento sanitário da empresa recorrida.

III. DA ANÁLISE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A Procuradoria Geral do Município, após o recebimento dos autos remetidos pela Secretaria de Saúde, emitiu o parecer de fls. 47 a 57, no qual trata sobretudo da questão referente à validade da declaração apresentada pela empresa recorrida a título de licenciamento sanitário, assim opinando:

- i) Que as exigências de caráter técnico-profissional e técnico-operacional são, no caso em tela, substituíveis por provas alternativas que permitam aferir que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática;
- ii) Que tendo em vista a apresentação, pela recorrida, de declaração emitida pela Vigilância Sanitária de Sorocaba/SP atestando estar em trâmite o processo de renovação da licença, cabe à empresa recorrente o ônus da prova ao contestar sua validade, uma vez que os documentos emitidos pela Administração Pública têm presunção de legalidade e de veracidade;
- iii) Que, mediante consulta ao sítio eletrônico do Sistema de Informação em Vigilância Sanitária (SIVISA), foram encontrados resultados diversos do alegado pela recorrente em relação à licença sanitária da empresa recorrida: um com situação de “licença sanitária em andamento” e outros dois com situação de “deferido” – estes últimos com data de vencimento posterior ao certame;
- iv) Que conforme o disposto no art. 64 da Lei 14.133/2021, pode ser analisada pelo pregoeiro a possibilidade de realização de diligência a fim de proceder com a verificação do cumprimento dos requisitos.

Após, os autos foram devidamente encaminhados para análise final da Secretaria de Saúde.



Comissão Permanente de Pregão II

IV. DA MANIFESTAÇÃO FINAL DA SECRETARIA REQUISITANTE

A Secretaria de Saúde, tendo em vista a análise técnica previamente emitida a respeito do produto ofertado para o item 02 do certame e o parecer da Procuradoria Geral do Município referente à declaração que trata do licenciamento ambiental da recorrida, pugna em fls. 58 a 60 pelo não provimento do recurso.

V. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pelo despacho final da secretaria requisitante às fls. 58 a 60, **CONHEÇO** do Recurso interposto por **MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.050/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Nova Friburgo, 31 de julho de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula 990.996



S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Secretaria Municipal de Saúde

Proc. 26091/2025

DESPACHO

Em atenção aos termos exarados pela Ilma. Comissão de Pregão às fls. 61/64 no processo administrativo nº26.091/2025, pugno pelo Indeferimento do Recurso, ora interposto pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA, acompanhando na íntegra as razões esposadas pelo Ilmo. Pregoeiro, nos termos indicados a Manifestação supramencionada.

Nova Friburgo/RJ, 31 de julho de 2025.

Leslie da Conceição Moura
Secretário de Saúde em exercício
Matrícula 207.520



S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Secretaria Municipal de Saúde

Proc. 26091/2025

DESPACHO

Em atenção aos termos exarados pela Ilma. Comissão de Pregão às fls. 61/64 no processo administrativo nº26.091/2025, pugno pelo Indeferimento do Recurso, ora interposto pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA, acompanhando na íntegra as razões esposadas pelo Ilmo. Pregoeiro, nos termos indicados a Manifestação supramencionada.

Nova Friburgo/RJ, 31 de julho de 2025.

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário de Saúde
Matrícula 063.454

Errata: O documento acostado às fls. 65 será cancelado, sendo substituído pelo presente.